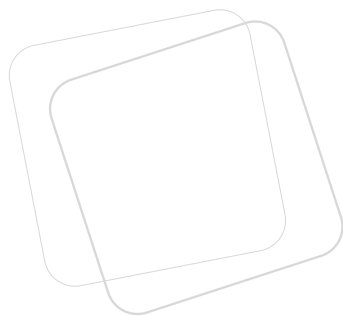




SUMÁRIO

1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	27
1.1. Processo objetivo	27
1.2. Competência	29
1.3. Legitimidade	30
1.3.1. Legitimidade passiva.....	30
1.3.2. Legitimidade ativa	31
1.4. Procedimento.....	37
1.4.1. Petição inicial.....	37
1.4.2. Posturas do juiz diante da petição inicial	41
1.4.2.1. Emenda da petição inicial	41
1.4.2.2. Indeferimento da petição inicial.....	42
1.4.2.3. Pedido de informações.....	43
1.4.2.4. Manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	43
1.4.2.5. Instrução probatória.....	45
1.5. Tutela de urgência	46
1.6. Decisão.....	52
1.6.1. Conteúdo	52
1.6.2. Efeitos	53
1.7. Recorribilidade	55
1.8. Intervenção de terceiros	60
1.9. <i>Amicus curiae</i>	62
1.10. Coisa julgada material	69
1.10.1. Limites objetivos da coisa julgada	69

1.10.1.1. Considerações gerais.....	69
1.10.1.2. Considerações específicas	69
1.10.2. Eficácia vinculante das decisões.....	71
1.10.2.1. Introdução.....	71
1.10.2.2. Função negativa da coisa julgada.....	71
1.10.2.3. Função positiva da coisa julgada.....	72
1.10.2.4. Conclusão.....	73
1.10.3. Limites subjetivos da coisa julgada	76
1.10.4. Coisa julgada pro et contra.....	78
1.11. Declaração de inconstitucionalidade e relativização da coisa julgada material.....	82
2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....	89
2.1. Introdução.....	89
2.2. Cabimento	90
2.3. Legitimidade	91
2.4. Aspectos procedimentais.....	92
2.5. Efeitos da decisão	95
2.6. Medida cautelar.....	97
3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	101
3.1. Introdução.....	101
3.2. Existência de controvérsia judicial	102
3.3. Legitimidade	105
3.4. Sujeitos processuais	105
3.5. Liminar	106
3.6. Decisão e seus efeitos	108
4. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	109
4.1. Introdução	109

4.2. Preceitos fundamentais	110
4.3. Objeto da arguição de descumprimento	111
4.4. Formas procedimentais da arguição de descumprimento	114
4.5. Arguição incidental e incidente de arguição de inconstitucionalidade	116
4.6. Legitimidade	118
4.7. Competência	121
4.8. Procedimento.....	121
4.8.1. Petição inicial.....	121
4.8.2. Posturas do juiz diante da petição inicial	125
4.8.2.1. Emenda da petição inicial	125
4.8.2.2. Indeferimento da petição inicial.....	126
4.8.2.3. apreciação de liminar.....	127
4.8.2.4. Pedido de informações	127
4.8.3. Manifestações	127
4.8.4. Decisão	129
4.9. Tutela de urgência	131
4.10. Recorribilidade	133
4.11. Caráter subsidiário	134
 5. MANDADO DE INJUNÇÃO	 137
5.1. Introdução.....	137
5.2. Teorias	139
5.2.1. Teoria da subsidiariedade	139
5.2.2. Teoria da independência jurisdicional	139
5.2.3. Teoria da resolutividade.....	140
5.2.4. Posição do Supremo Tribunal Federal	140
5.2.5. Previsão legal da Lei 13.300/2016.....	143
5.3. Competência	144
5.4. Legitimidade	145
5.5. Procedimento.....	149

5.5.1. Petição inicial.....	149
5.5.2. Tutela de urgência.....	151
5.5.3. Indeferimento da petição inicial	152
5.5.4. Atos de comunicação e reações.....	153
5.5.5. Decisão	154
5.5.6. Coisa julgada material.....	155
5.6. Mandado de injunção coletivo.....	156
5.7. Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	158
6. MANDADO DE SEGURANÇA	161
6.1. Cabimento do mandado de segurança.....	161
6.1.1. Hipótese genérica de cabimento.....	161
6.1.2. Vedações específicas ao cabimento do mandado de se- gurança.....	163
6.1.2.1. Atos de gestão comercial	163
6.1.2.2. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução	164
6.1.2.3. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo	166
6.1.2.4. Decisão transitada em julgado.....	172
6.2. Direito líquido e certo e procedimento sumário documental	174
6.3. Competência.....	179
6.4. Sujeitos processuais	182
6.4.1. Legitimação ativa.....	182
6.4.1.1. Introdução	182
6.4.1.2. Legitimidade ordinária individual.....	183
6.4.1.3. Legitimação extraordinária.....	184
6.4.2. Legitimidade passiva.....	187
6.4.3. Autoridade coatora.....	190
6.4.4. Litisconsórcio	192

6.4.4.1.	Aplicação das regras do CPC ao mandado de segurança.....	192
6.4.4.2.	Litisconsórcio ativo ulterior	192
6.4.4.3.	Litisconsórcio passivo necessário	193
6.4.5.	Ministério Público.....	195
6.5.	Prazo para a impetração do mandado de segurança	197
6.6.	Procedimento.....	198
6.6.1.	Aspectos gerais.....	198
6.6.1.1.	Forma dos atos processuais.....	198
6.6.1.2.	Preferência no trâmite procedimental.....	199
6.6.2.	Petição inicial.....	200
6.6.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	204
6.6.3.1.	Emenda da petição inicial	204
6.6.3.2.	Indeferimento da petição inicial.....	206
6.6.3.2.1.	Hipótese de indeferimento	207
6.6.3.2.2.	Recurso cabível contra indeferimen- to da petição inicial	209
6.6.3.3.	Demais posturas	210
6.6.4.	Informações e contestação.....	212
6.6.5.	Decisão	213
6.6.5.1.	Comunicações de decisão concessiva	213
6.6.5.2.	Decisão de natureza condenatória de pagar quantia.....	214
6.6.5.3.	Recorribilidade	215
6.6.5.4.	Legitimidade recursal.....	216
6.6.5.5.	Vedação à condenação em honorários advocatí- cios	217
6.6.5.6.	Substituição das decisões por notas taquigráficas....	218
6.7.	Desistência do mandado de segurança.....	219
6.8.	Coisa julgada material e renovação do mandado de segurança...	222
6.9.	Reexame necessário	226
6.10.	Cumprimento provisório de sentença	227

6.11. Meios executivos para cumprimento da ordem e criminalização da conduta da autoridade coatora	230
6.12. Tutela de urgência	231
6.12.1. Natureza jurídica da liminar	231
6.12.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	233
6.12.3. Comunicações	234
6.12.4. Recurso cabível contra decisão liminar	235
6.12.5. Vedação à concessão de liminares	235
6.12.6. Efeitos da liminar	236
6.12.7. Perempção ou caducidade da liminar	237
6.13. Poderes do relator do mandado de segurança de competência originária do tribunal	240
6.14. Pedido de suspensão de segurança	242
6.15. Mandado de segurança coletivo.....	247
6.15.1. Introdução	247
6.15.2. Legitimidade ativa	247
6.15.3. Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo... ..	251
6.15.4. Coisa julgada.....	251
6.15.5. Relação do mandado de segurança coletivo e individual.....	259
6.15.6. Oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público antes da concessão da liminar.....	260
7. RECLAMAÇÃO	263
7.1. Natureza jurídica.....	263
7.2. Cabimento	266
7.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal	267
7.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal... ..	268
7.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.....	271
7.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante....	273
7.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência.....	275

7.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	276
7.3. Procedimento.....	278
7.3.1. Introdução	278
7.3.2. Petição inicial.....	278
7.3.3. Prazo.....	281
7.3.4. Posturas do relator ao receber a reclamação	282
7.3.5. Reações dos interessados	284
7.3.6. Julgamento	285
8. HABEAS DATA	289
8.1. Introdução.....	289
8.2. Direito à informação e <i>habeas data</i>	290
8.3. Hipóteses de cabimento.....	291
8.3.1. Introdução	291
8.3.2. Direito à informação	291
8.3.3. Direito à retificação de dados.....	293
8.3.4. Anotação sobre dado verdadeiro.....	293
8.4. Fase administrativa.....	294
8.4.1. Interesse de agir.....	294
8.4.2. Procedimento	296
8.4.2.1. Fase pré-processual	296
8.4.2.2. Fase processual.....	298
8.4.2.2.1. Introdução.....	298
8.4.2.2.2. Petição inicial.....	299
8.4.2.2.3. Posturas do juiz diante da petição inicial	300
8.4.2.2.4. Prestação de informações	302
8.4.2.2.5. Intimação da pessoa jurídica de direito público?	302
8.4.2.2.6. Participação do Ministério Público.....	303
8.4.2.2.7. Instrução	303

8.4.2.2.8. Decisão	304
8.5. Liminar	306
8.6. Legitimidade	307
8.6.1. Legitimidade ativa	307
8.6.2. Legitimidade passiva.....	308
8.7. Competência	309
8.8. Recursos.....	310
 9. AÇÃO POPULAR.....	 315
9.1. Breve histórico.....	315
9.1.1. Origem remota	315
9.1.2. Origem próxima	316
9.2. Cabimento	317
9.2.1. Patrimônio público material e imaterial.....	317
9.2.2. Atos e omissões	318
9.2.3. Tutela reparatória e preventiva	319
9.2.4. Espécies de atos impugnáveis	321
9.2.5. Binômio ilegalidade-lesividade	323
9.3. Sujeitos processuais	326
9.3.1. Legitimidade ativa	326
9.3.1.1. Espécies de legitimação ativa na ação popular....	326
9.3.1.2. Legitimidade ativa do cidadão.....	327
9.3.1.3. Intervenção superveniente de cidadão no polo ativo.....	332
9.3.2. Legitimidade passiva.....	335
9.3.2.1. Legitimados passivos.....	335
9.3.2.2. Legitimação bifronte das pessoas jurídicas de direito público ou privado.....	338
9.3.3. Litisconsórcio ativo e passivo.....	340
9.3.4. Intervenção de terceiros na ação popular	342
9.3.5. Participação do Ministério Público	344

9.3.5.1.	Legitimidade ativa superveniente	344
9.3.5.2.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	345
9.3.5.3.	Participação na execução	349
9.4.	Competência	351
9.5.	Procedimento	356
9.5.1.	Introdução	356
9.5.2.	Petição inicial	356
9.5.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	359
9.5.3.1.	Emenda e indeferimento da petição inicial	359
9.5.3.2.	Julgamento de improcedência liminar	359
9.5.3.3.	Citação dos réus e intimação do Ministério Público	360
9.5.3.4.	Exibição incidental	361
9.5.4.	Contestação	363
9.5.4.1.	Prazo	363
9.5.4.2.	Matéria de defesa	364
9.5.4.3.	Revelia	365
9.5.5.	Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	366
9.5.6.	Sentença	368
9.6.	Abandono e desistência do autor popular	371
9.6.1.	Introdução	371
9.6.2.	Momento de aplicação do dispositivo legal	371
9.6.3.	Desistência e “absolvição de instância”	372
9.6.4.	Sucessores processuais	374
9.7.	Conexão e litispendência	375
9.7.1.	Conceitos e efeitos	375
9.7.2.	Efeitos da conexão e litispendência na tutela coletiva	377
9.7.3.	Prevenção do juízo	379
9.8.	Recursos	381
9.8.1.	Recursos cabíveis	381

9.8.2. Legitimidade recursal	382
9.8.3. Isenção no recolhimento do preparo	383
9.8.4. Efeitos da apelação.....	385
9.9. Reexame necessário.....	386
9.9.1. Introdução	386
9.9.2. Reexame necessário na ação popular.....	388
9.10. Coisa julgada	389
9.11. Relativização da coisa julgada	395
9.11.1. Introdução	395
9.11.2. Ação rescisória.....	395
9.11.3. Coisa julgada inconstitucional	397
9.11.4. Coisa julgada injusta inconstitucional	398
9.12. Liquidação de sentença.....	399
9.12.1. Introdução	399
9.12.2. Espécies de liquidação de sentença	399
9.12.3. Legitimidade ativa.....	400
9.12.4. Competência.....	401
9.13. Execução.....	402
9.13.1. Introdução	402
9.13.2. Execução por sub-rogação e indireta.....	403
9.13.3. Legitimidade ativa.....	405
9.13.4. Medidas cautelares para garantir o resultado da execução	406
9.13.5. Capítulos da sentença executáveis.....	408
9.14. Tutela provisória	409
9.14.1. Tutela antecipada e cautelar	409
9.14.2. Pedido de suspensão de segurança.....	410
9.15. Gratuidade.....	410
9.15.1. A regra da gratuidade	410
9.15.2. Exceção à regra da gratuidade: condenação do autor popular nos ônus de sucumbência	415
9.16. Prescrição	416

10. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	419
10.1. Nomenclatura	419
10.2. Objeto de tutela	421
10.3. Direitos tutelados pela ação civil pública.....	423
10.3.1. Introdução	423
10.3.2. Direito difuso	423
10.3.3. Direito coletivo	425
10.3.4. Direitos individuais homogêneos	427
10.3.5. Direitos individuais indisponíveis	430
10.4. Competência	433
10.4.1. Competência originária dos tribunais superiores	433
10.4.2. Competência de Justiça Especializada.....	434
10.4.3. Competência da Justiça Comum.....	435
10.4.4. Competência do foro.....	438
10.4.4.1. Regra de competência absoluta: funcional ou territorial?.....	438
10.4.4.2. Local do dano	439
10.4.4.3. ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	442
10.4.5. Competência de juízo.....	443
10.5. Legitimidade	443
10.5.1. Espécies de legitimidade	443
10.5.2. Legitimados ativos.....	446
10.5.2.1. Ministério Público.....	446
10.5.2.2. Associação.....	453
10.5.2.3. Pessoas jurídicas da administração pública.....	465
10.5.2.4. Defensoria Pública	468
10.5.3. Legitimados passivos	478
10.6. Procedimento.....	479
10.6.1. Introdução	479
10.6.2. Inércia da jurisdição	479
10.6.3. Prevenção do juízo.....	479

10.6.4. Litisconsórcio ativo	481
10.6.4.1. Espécie	481
10.6.4.2. Litisconsórcio ativo formado por diferentes Ministérios Públicos.....	482
10.6.4.3. Litisconsórcio ativo ulterior?	482
10.6.5. Instrução da petição inicial	485
10.6.6. Astreintes	486
10.6.7. Tutela provisória.....	489
10.7. Coisa julgada	489
10.7.1. Introdução	489
10.7.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	490
10.7.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	495
10.7.4. Limitação territorial da coisa julgada.....	497
10.8. Liquidação de sentença.....	502
10.8.1. Competência.....	502
10.8.2. Espécies de liquidação de sentença	504
10.8.3. Direito difuso e coletivo	506
10.8.4. Direito individual homogêneo.....	507
10.8.5. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	508
10.9. Execução.....	508
10.9.1. Legitimidade ativa.....	508
10.9.2. Direitos difusos e coletivos.....	511
10.9.3. Direitos individuais homogêneos.....	512
10.9.3.1. Introdução.....	512
10.9.3.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	513
10.9.3.3. Legitimidade.....	517
10.9.4. Regime jurídico das despesas e custas processuais	519
10.9.5. Prescrição intercorrente	520

11. HABEAS CORPUS.....	527
11.1. Breve histórico.....	527
11.1.1. Origem remota	527
11.1.2. Origem próxima	528
11.1.3. O <i>habeas corpus</i> no Brasil	528
11.2. Natureza jurídica.....	529
11.3. Espécies de <i>habeas corpus</i>	530
11.4. Cabimento	531
11.4.1. Ausência de justa causa	532
11.4.2. Excesso de prazo	532
11.4.3. Incompetência	533
11.4.4. Cessação do motivo	534
11.4.5. Não concessão de fiança.....	534
11.4.6. Manifesta nulidade do processo	535
11.4.7. Extin�o da punibilidade	536
11.4.8. <i>Habeas corpus</i> no processo civil.....	536
11.5. Limita�es ao uso do <i>habeas corpus</i>	538
11.5.1. Puni�o disciplinar militar	539
11.5.2. Estado de defesa e estado de sítio	539
11.5.3. Sucedâneo recursal.....	540
11.5.4. Pena pecuniária	541
11.5.5. Decisão de Turma ou do Plenário.....	542
11.6. Sujeitos processuais	542
11.6.1. Paciente	542
11.6.2. Legitimidade ativa	542
11.6.3. Legitimidade passiva.....	543
11.7. Competência	544
11.7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal.....	544
11.7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	544
11.7.3. Competência no âmbito da justiça especializada (Justiça Eleitoral, Militar ou do Trabalho).....	545

11.7.4. Justiça Eleitoral	545
11.7.5. Justiça Militar.....	546
11.7.6. Justiça do Trabalho	546
11.7.7. Competência no âmbito da justiça comum (Justiça Federal e Estadual de Primeiro e Segundo Graus)	547
11.7.8. Competência das Turmas Recursais	548
11.8. Procedimento.....	548
11.8.1. Petição inicial.....	548
11.8.2. Liminar em <i>habeas corpus</i>	549
11.8.3. Posturas do juiz, intervenção do Ministério Público e decisão	550
11.8.4. Desistência	551
11.9. Recursos.....	552
BIBLIOGRAFIA	555